

**Corrente Proletária
na Educação**



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário
Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Boletim conjunto de professores e funcionários,
das redes públicas estadual e municipal de SP
(Apeoesp / Sinpeem / Afuse)**

10 de fevereiro de 2021

POLÍTICA OPERÁRIA

Governos impõem o retorno às aulas

Os trabalhadores só podem responder através das assembleias presenciais!

**É necessário erguer a luta unitária dos
trabalhadores e da juventude, em defesa dos
empregos, salários, direitos e Saúde pública!**

Doria e Covas, ambos do PSDB, estão impondo o retorno presencial às escolas. Desde o início da pandemia, os governos ensaiaram algumas vezes a retomada das aulas, sendo obrigados a recuar diante do temor das famílias, dos trabalhadores e dos próprios estudantes. Para ser mais preciso, uma parcela dos trabalhadores, principalmente os funcionários de escola, não puderam contar com a proteção do teletrabalho. Agora, passadas as eleições municipais, encerrado o ano letivo de 2020 e iniciada a vacinação, o governador e o prefeito se veem livres para atender ao *lobby* da rede privada de ensino e dos capitalistas em geral.

As direções sindicais, tanto da rede estadual quanto da municipal, sempre responderam de forma muito semelhante à ameaça de retorno, levantando a bandeira da “greve sanitária”, que implicava a negativa ao trabalho presencial e a reivindicação de cumprimento do trabalho remoto. Nesse momento, estão concretizando essa defesa, com uma diferença: a Apeoesp se colocou pela “greve com teletrabalho”, enquanto o Sinpeem (e os outros sindicatos da Educação mu-

nicipal) estão pela paralisação total das atividades, embora reivindicando também o teletrabalho. Em essência não há diferenças, ambos realizam uma “greve” passiva, com os trabalhadores em casa.

Essas decisões foram tomadas pelas costas dos trabalhadores. A direção da Apeoesp fez uma farsa chamada “assembleia virtual regionalizada” e o Sinpeem fez uma “consulta virtual”, ambas iniciativas completamente apartadas dos trabalhadores, unicamente para legitimar as suas próprias decisões, passando um verniz democrático sobre a imposição burocrática.

A volta às aulas presenciais não se dará sem atritos, ainda mais devido ao recrudescimento da pandemia, com o surgimento de novas cepas do vírus e o conseqüente aumento do número de contágios e mortes. Por outro lado, há uma forte pressão econômica sobre os trabalhadores, dado que existe uma massa de professores e funcionários desempregados, resultado do fechamento de escolas/turnos/salas. Há também o medo de retaliações, como o possível corte de ponto.

As direções sindicais responderam tar-

diamente ao ataque, ampliando a insegurança entre os trabalhadores. A explicação se encontra no fato de que estiveram e ainda estão debaixo da política burguesa do isolamento social. Mantiveram as portas dos sindicatos fechadas. Abrigaram-se nas redes sociais, além de reforçarem a utilização dos meios passivos e inócuos que sempre adotaram: ações judiciais, pressão parlamentar e o eleitoralismo.

As direções sindicais acabaram capitulando diante da aplicação do Ensino à Distância (EaD), como se fosse um “mal menor”. O máximo que fizeram foi cobrar as condições técnicas, como pacotes de dados gratuitos, distribuição de equipamentos etc. Trata-se de uma concessão inadmissível, tendo em vista o fato de o EaD fazer parte do plano mais amplo da burguesia de precarização e mercantilização do ensino.

Durante a pandemia, os governos atacaram direitos e impuseram diversos retrocessos. Agora, estão impondo o retorno às aulas presenciais, com a farsa do chamado “ensino híbrido”, trazendo consigo inúmeros problemas concretos, como o aumento da carga de trabalho (planejamento dobrado, para o presencial e o virtual; elaboração de material impresso complementar etc.), suspensão de benefícios (como o adicional noturno na Prefeitura), uso dos contratos temporários precarizados, extensa burocracia médica para a concessão do afastamento por comorbidades etc.

Além do imobilismo, da ilusão na Justiça burguesa e do cretinismo parlamentar, prevaleceu o corporativismo. As direções se negaram a inserir os problemas do magistério no quadro mais amplo dos ataques da burguesia aos oprimidos de conjunto, sendo o exemplo mais claro disso a defesa da priorização dos profissionais da Educação na vacinação do Coronavírus, quando deveriam ter defendido inflexivelmente que os governos apresentassem um plano de vacinação universal, aplicando o imunizante primeiro nos pobres e miseráveis, que mais sofrem com a doença.

Outro caso emblemático foi o do fechamento da Ford: nenhuma direção se colocou

por uma verdadeira campanha de defesa dos empregos dos operários. Diante da intervenção do POR, que ergueu as bandeiras de estatização da Ford, sem indenização, com ocupação e controle operário da produção, as direções fingiram não ouvir. O único momento em que romperam a quarentena foi durante as eleições municipais. Saíram todos à caça de votos para os seus respectivos candidatos, inclusive se expondo à contaminação, revelando a hipocrisia do “fica em casa”.

É nesse contexto que a “greve sanitária” deve ser compreendida. O POR desmascarou o verdadeiro sentido dessa proposta. Defendeu que o método grevista pressupõe que os trabalhadores estejam em seus locais de trabalho, conferindo à paralisação das atividades um caráter ativo e coletivo, constituindo uma força social capaz de fazer frente aos patrões e ao Estado.

O POR empunhou e continua empunhando a bandeira das assembleias presenciais, como organismos vivos de democracia direta, capazes de erguer a resistência, partindo do debate de proposições e concluindo com a votação das divergências, apontando os métodos e os responsáveis por colocar em prática aquilo que foi deliberado pela maioria. É assim que funciona a democracia operária.

A tal “greve sanitária”, tal como defendida pelas burocracias sindicais, implica, ao contrário, a manutenção dos trabalhadores atomizados em suas casas. Nesse sentido, a “greve sanitária” não passa de um boicote individual e passivo. E dessa precisão deriva uma diferença prática fundamental: não é possível modificar a correlação de forças favoravelmente aos trabalhadores com estes agindo de forma passiva e isolada.

É possível construir um movimento vitorioso! O ponto de partida é a realização das assembleias presenciais. As bandeiras a serem aprovadas devem ser aquelas que respondem às necessidades mais sentidas, capazes de unificar os trabalhadores da educação com o conjunto dos explorados, em choque com os capitalistas e o Estado.